



ANO 25 N.º 09
Setembro de 2016

Aspectos da mortalidade por causas externas no RS em 2014

Dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) obtidos no portal do DATASUS do Ministério da Saúde indicam que ocorreram 82.166 óbitos no Estado em 2014, sendo as doenças do aparelho circulatório a principal causa de morte, com participação de 28,0%. A seguir vêm as neoplasias (21,6% dos óbitos) e as doenças do aparelho respiratório (12,3%). Na quarta posição está o grupo das causas externas, ou seja, os óbitos violentos (homicídios, acidentes de transporte, suicídios, quedas, afogamentos, etc.), com participação de 9,7% (7.963 óbitos). Quase 80% desses óbitos ocorreram entre a população masculina, representando a terceira causa de morte dos homens. Já para as mulheres, esse grupo de causas ocupou a sétima colocação (1.603 óbitos) em 2014. De fato, o nível de mortalidade dos homens devido a causas externas é cerca de quatro vezes o das mulheres, de maneira que a probabilidade de morte devido a essas causas, em 2014, foi de 117 por 100.000 para os homens, ao passo que para as mulheres foi de 28 por 100.000.

Uma análise mais detalhada da mortalidade por causas externas, que representam óbitos passíveis de prevenção, é decisiva para a elaboração de políticas públicas. A observação por faixa etária indica que a mortalidade por causas externas é o principal motivo de morte entre os homens gaúchos para as idades de um a 49 anos, o que representa cerca de 80% dos óbitos que ocorreram entre os jovens de 15 a 29 anos, indicando que um terço dos óbitos por causas externas se concentraram nessa faixa etária. Para as mulheres, os óbitos por causas externas ocorreram de maneira menos concentrada por faixas etárias, com percentuais que variam em torno de 10% entre as idades de 20 a 79 anos, destacando-se, porém, uma incidência maior entre aquelas com 80 anos ou mais, que apresentaram participação de 22% dos óbitos.

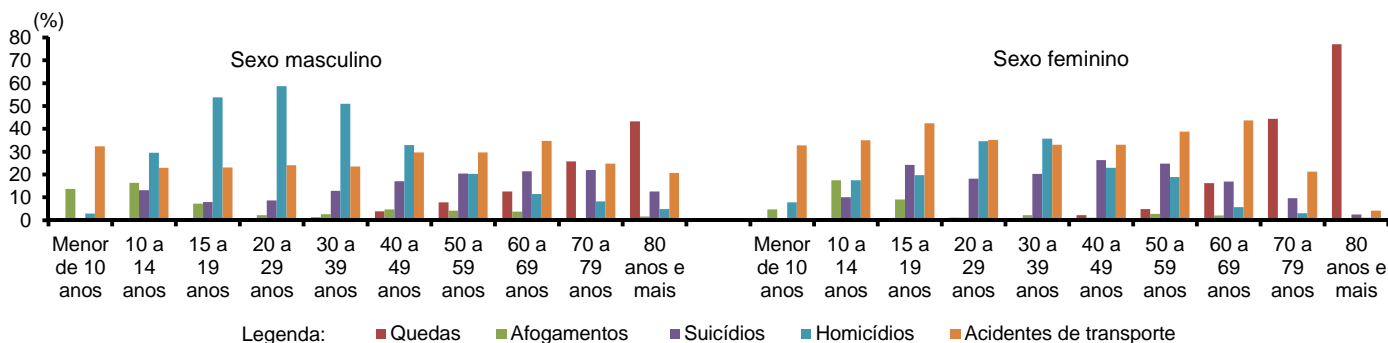
A desagregação do grupo das causas externas de morte por suas principais categorias revela que os homicídios foram os maiores responsáveis por óbitos (34%); os acidentes de transporte foram a segunda mais importante (26%); os suicídios ocupam a terceira colocação (14%); e as quedas estão em quarto lugar (10%). A distribuição das três principais causas de óbitos por causas externas para os homens

indicam essa mesma ordem e magnitude, porém, para eles, as quedas passaram para o quinto lugar, representando 6% das mortes. Para a população feminina, acidentes de trânsito ocupam a primeira posição (27% dos óbitos), enquanto as quedas foram a segunda principal categoria (25%). Homicídios tiveram participação de 16%; e suicídios foram a quarta causa, representando 15% dos óbitos entre as mulheres.

Para os homens de 15 a 19 anos, verifica-se que 54% dos óbitos por causas externas decorreram de homicídios; 23% de acidentes de trânsito; 8% correspondem a suicídios; e 7%, a afogamentos. Na faixa etária de 20 a 29 anos, também os homicídios e os acidentes de trânsito estão nas primeiras colocações (59% e 24%), sendo que os suicídios figuram como a terceira principal categoria (9%). O gráfico revela que, para aqueles de 10 a 49 anos, os homicídios estão na primeira posição. Entre a população de 50 a 69 anos, novamente os acidentes de trânsito foram a principal categoria, sendo que, para a população a partir de 70 anos, as quedas representaram a principal causa entre os óbitos dos homens. Para o sexo feminino, verifica-se que entre as causas analisadas, os acidentes de trânsito estão nos primeiros lugares em todas as faixas etárias, exceto na de 30 a 39 anos, onde homicídios superaram o número de acidentes de trânsito, e a partir dos 70 anos, quando as quedas têm uma proporção muito maior, com o destaque para os 274 óbitos entre aquelas com 80 anos ou mais (77% dos óbitos por causas externas nessa faixa etária).

Essa alta incidência de mortes violentas entre homens jovens é um dos fatores que mais contribuiu para o diferencial na expectativa de vida ao nascer entre mulheres e homens no Estado, que é de cerca de sete anos, segundo estimativas do IBGE para 2014. Além disso, um alerta deve ser dado a um dos acontecimentos mais comuns entre os idosos: a ocorrência de quedas. Esse fato se torna mais preocupante ainda com o crescente envelhecimento da população gaúcha: estimativas do IBGE indicam que 10% da população em 2014 tinham 65 anos ou mais, sendo que esse percentual deve crescer para 18% em 2030, representando um incremento populacional de quase um milhão de pessoas.

Percentual de mortes por causas externas, por gênero e idade, no RS — 2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Saúde/DATASUS/SIM.

Participação do RS e da Região Sul nas receitas e despesas do Governo Federal

Em setembro de 1835, motivados, entre outros fatores, pelos altos impostos pagos na produção e comercialização do charque, setores da elite gaúcha deram início a uma guerra que durou 10 anos e chegou a separar temporariamente o Estado do restante do País. Quase dois séculos depois, ainda se escuta que o Rio Grande do Sul e os outros dois estados da Região Sul pagam muitos tributos federais e têm pouco retorno. Estaríamos, assim, financiando outras regiões, uma visão que carece de evidências mais sólidas.

Quando analisamos os dados fiscais, a situação real mostra-se diferente. Em 2015, a **participação do RS na receita tributária da União**, excluindo-se a receita previdenciária, foi de 4,3%, e a da Região Sul, de 12,7%. Esses percentuais estão abaixo tanto da participação na população (5,5% e 14,3% no RS e na Região Sul respectivamente) quanto da participação no PIB (6,2% no Estado e 16,5% na Região Sul). Os sulistas, portanto, pagam menos tributos federais que a média dos brasileiros.

Resta saber quanto o Governo Federal gasta na Região, e sobre essa questão, há duas grandes dificuldades. O primeiro problema é que uma parte dos gastos não se refere a nenhum estado especificamente. O serviço da dívida, por exemplo — uma das principais despesas federais — não está vinculado diretamente a nenhuma região do País. Há também despesas com a estrutura administrativa, que está concentrada em Brasília, mas que atende a todo o País. A segunda dificuldade é que, mesmo para aqueles gastos que beneficiam diretamente algum estado, há poucos dados disponíveis. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) divulga a execução orçamentária regionalizada, o que poderia ser um bom indicador. Desse gasto regionalizado, o RS recebeu 7,2% em 2014, e a Região Sul, 14,7%, o que representa, portanto, uma fatia maior do que a nossa contribuição à Receita Federal. No entanto, a parte do gasto que aparece nessa divulgação como sendo possível de regionalização é cerca de 10% do total da execução orçamentária, o que é claramente subdimensionado. O que propomos aqui é fazer um mapeamento mais abrangente dos principais gastos federais no RS e na Região Sul — incluindo despesas que não aparecem nessa regionalização da STN — e compará-los com a participação na receita tributária.

As **transferências de recursos federais** totalizaram cerca de R\$ 340 bilhões em 2015 (incluindo, entre outras transferências, os fundos de participação dos estados e municípios, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb) e programas sociais, como o Bolsa Família). A Região Sul recebeu 11,4% desse montante, percentual

abaixo da sua participação na receita. Já o RS ficou com 4,4%, um pouco acima da sua contribuição. O Estado, portanto, beneficia-se das transferências, ao contrário do que se costuma imaginar.

Além das transferências, também devemos observar os gastos diretos da União em cada região. O RS é um dos estados que possui o maior número de instituições federais de ensino. Considerando-se todas as **universidades federais** e os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, a participação do RS na execução orçamentária do ano passado foi de 9,5%, mais do que o dobro da participação do Estado na receita tributária. Já a Região Sul recebeu 18,4%.

O RS também é o segundo estado com maior gasto federal *per capita* em **ações e serviços públicos de saúde**, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. Enquanto a média brasileira era de R\$ 250,79, cada gaúcho recebeu em média R\$ 324,99 da União para esses serviços em 2013. Entre as regiões, a Sul foi a que teve o maior gasto *per capita*. Com isso, o RS recebeu 7,2% do total gasto em todos os estados, e a Região Sul, 16,1%, também acima das respectivas participações na receita tributária.

Na **Previdência**, as receitas do RS e da Região Sul representaram, respectivamente, 6,6% e 16,2% da receita nacional em 2015. É uma contribuição maior do que a das demais receitas tributárias. Por outro lado, os nossos gastos também são maiores, o que pode ser explicado, principalmente, por termos uma expectativa de vida mais alta. O Estado recebeu 8,0% do total de valores pagos pelo INSS, e a Região Sul, 17,9%. Ou seja, somos financiados pelas regiões com menor expectativa de vida.

É válido ainda mencionar o maior acesso dos moradores da Região Sul ao **Poder Judiciário**. Dos R\$ 140 bilhões pagos em precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) pela Justiça Federal nos últimos 12 anos, 25,7% foram para os Estados de RS, SC e PR.

Por fim, é importante ressaltar que nossa relação econômica com o restante do Brasil não se dá apenas no âmbito fiscal. Temos uma economia integrada com as demais regiões, principalmente na indústria. A partir da última Matriz Insumo-Produto divulgada pela FEE, para o ano de 2008, estima-se que as vendas para outros estados correspondiam a 56,6% de todo o valor agregado bruto da indústria de transformação gaúcha.

Um diagnóstico completo da nossa relação econômica com o restante do País exigiria um estudo muito mais aprofundado, mas esta análise inicial indica que o discurso de que “o Sul financia o Brasil” não é confirmado pelos dados.

Receitas e despesas selecionadas do Governo Federal no Rio Grande do Sul, na Região Sul e no total das unidades federativas — 2015

DESCRIÇÃO	RECEITA TRIBUTÁRIA (1)		RECEITA PREVIDENCIÁRIA		VALORES PAGOS PELO INSS		TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS POR ESTADO		AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (2013) (2)		GASTOS COM UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS (3)	
	Valor (R\$ milhões)	Participação %	Valor (R\$ milhões)	Participação %	Valor (R\$ milhões)	Participação %	Valor (R\$ milhões)	Participação %	Valor (R\$ milhões)	Participação %	Valor (R\$ milhões)	Participação %
RS	36.939	4,3	23.993	6,6	33.955	8,0	14.853	4,4	3.628	7,2	4.826	9,5
Região Sul	108.646	12,7	59.111	16,2	75.559	17,9	38.550	11,4	8.118	16,1	9.342	18,4
Brasil	857.150	100,0	364.396	100,0	421.886	100,0	339.632	100,0	50.424	100,0	50.780	100,0

FONTE: Receita Federal. Portal da Transparência. INSS. Ministério da Saúde.

(1) Descontada a receita previdenciária. (2) Os valores de ações e serviços públicos de saúde, por unidade federativa, disponíveis na página da Web do Ministério da Saúde vão somente até 2013. (3) Não estão incluídos gastos com os hospitais universitários. Os gastos da Universidade Federal da Fronteira Sul foram divididos igualmente entre os três estados em que a instituição possui campi (RS, SC e PR).

Estratificação do imposto de renda por faixas de salários mínimos

Desde as primeiras sistematizações mais acuradas sobre o funcionamento da economia, ainda no século XVIII, preconiza-se que os tributos devem ser proporcionais à renda dos indivíduos. Naquela mesma época, ministros de Estado que propunham tal configuração eram desalojados de seus postos por forças refratárias a essa perspectiva, como ocorreu com Anne Robert Jacques Turgot.

No Brasil Império, houve a primeira experiência de um imposto sobre a renda dos brasileiros. As alíquotas progressivas variavam entre 2% e 10% sobre os rendimentos dos servidores públicos. Somente em 1922, após amplos debates, a proposta de um real e definitivo imposto sobre a renda foi aprovada no Congresso Nacional, passando a vigorar em 1923 (BRASIL, 2016).

O imposto de renda brasileiro nasceu com alíquotas progressivas relativamente baixas, uma mínima de 0,5% e uma máxima de 8%. Como em outros países, houve um processo de ampliação da quantidade de alíquotas e elevação dessas à medida que mais serviços foram absorvidos pelos Estados nacionais e regionais. Em 1961, o então Presidente Jânio Quadros modificou a alíquota máxima de 50% para 60% dos rendimentos. Um ano depois, já no governo de João Goulart, a alíquota máxima subiu para 65%, alcançando o maior percentual histórico. O tributo contava com 14 faixas de alíquotas progressivas, as quais iniciavam em 3%.

Nos governos militares ocorreu o primeiro aceno para a estagnação e, posteriormente, para a redução da progressividade tributária. Uma das medidas desses governos foi a diminuição da alíquota máxima do imposto de renda concernente às pessoas físicas para 55% e depois para 50% dos rendimentos. Outra atitude tomada foi a redução de 14 para 12 faixas de rendas tributadas, número que permaneceu durante a maior parte do regime militar.

A partir da égide da liberalização financeira, na década de 80, assentou-se a concepção de que a renda deveria ser tributada linearmente, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair fluxos de investimentos. Tais transformações fizeram os impostos sobre a renda e sobre o capital caírem drasticamente.

A Constituição de 1988 ampliou o **Estado Social**, mas as transformações, do ponto de vista da arrecadação, foram regressivas. Uma das primeiras mudanças foi a redução de oito para duas faixas de imposto de renda. Já a alíquota máxima saiu de 45% para 25%.

Antes de 1995, o País tributava os dividendos de forma linear e exclusivamente na fonte, com uma alíquota de 15%, independentemente do seu volume. Em 1996, com a aprovação da Lei n.º 9.249, a distribuição dos lucros e dos dividendos às pessoas físicas passaram a ser isentas.

A divulgação dos dados de imposto de renda ocorrida recentemente tornou factível a mensuração das disparidades geradas pelo tratamento diferenciado dos rendimentos. Na medida em que os dividendos são isentos de impostos, os segmentos de renda mais elevados da sociedade contribuem proporcionalmente menos ao erário. O gráfico explicita que a base de rendimentos tributáveis de 2013 passa a cair para os indivíduos que receberam mais do que três salários mínimos. Inversamente, os rendimentos isentos passam a se elevar a partir dessa faixa. O pico de isenção de rendimentos em relação à renda é para quem recebeu entre 240 e 320 salários mínimos (R\$ 162.720,00 e R\$ 216.960,00). Ficaram imunes de impostos 68,81% das receitas desses indivíduos.

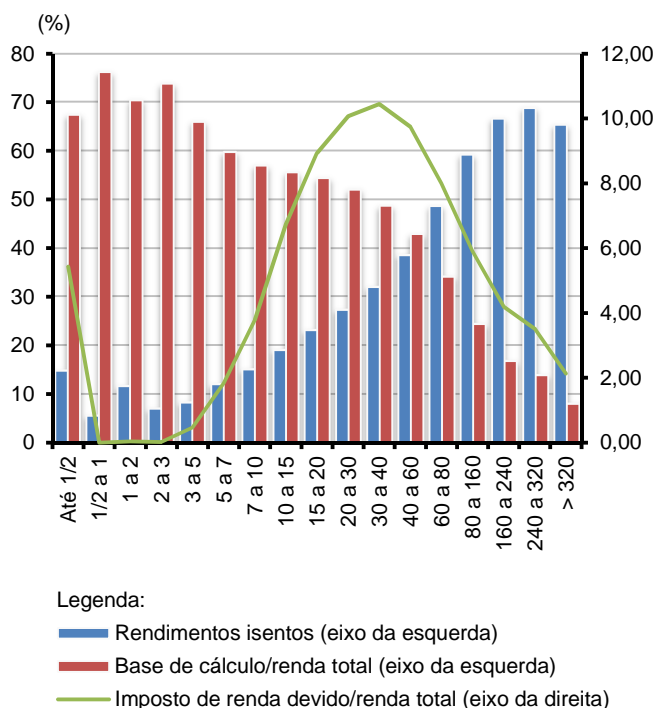
Como consequência, o imposto devido em relação à renda cresce até a faixa de quem recebe de 30 a 40 salários

mínimos e depois passa a recuar, conforme explicitado também no gráfico. Os rendimentos isentos de 2013 alcançaram R\$ 636,39 bilhões, sendo R\$ 231,30 bilhões referentes a lucros e dividendos distribuídos, enquanto o imposto devido total de todos os declarantes foi de R\$ 115,24 bilhões, ou seja, abaixo do valor dos rendimentos isentos. Cabe destacar que as isenções de dividendos beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, dentre elas as 20,9 mil mais ricas do Brasil (0,01%), que possuem patrimônio médio de R\$ 40 milhões e que pagaram de imposto 1,56% de sua renda total.

Chama atenção também, nas declarações de imposto de renda, o volume de subsídio existente em relação aos gastos privados com saúde e educação. No mesmo ano em análise, as despesas declaradas chegaram a R\$ 69,35 bilhões, 60,18% do imposto devido total, ponderando-se que a dedução não é integral. Adicionalmente, verifica-se que as alíquotas de imposto brasileiras são relativamente menores, seja na comparação com os países desenvolvidos, seja com os demais países da América Latina, conforme exposto na **Carta de Conjuntura FEE** de maio de 2015.

Com a estratificação da contribuição de imposto de renda por faixas de salário mínimo, fica explícito que as alterações na legislação tributária auxiliam a consolidar um quadro de elevada concentração de renda, com destaque para a isenção de impostos sobre os lucros e dividendos e para o subsídio que o Estado concede aos gastos privados em saúde e educação às famílias mais ricas do País.

Proporção de rendimentos isentos, tributáveis e imposto devido por faixas de salários mínimos de pessoas físicas no Brasil — 2013



FONTE: BRASIL. Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Róber Iturriet Avila | rober@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

João Batista Santos Conceição
Bolsista FAPERGS na FEE

Tabela 1

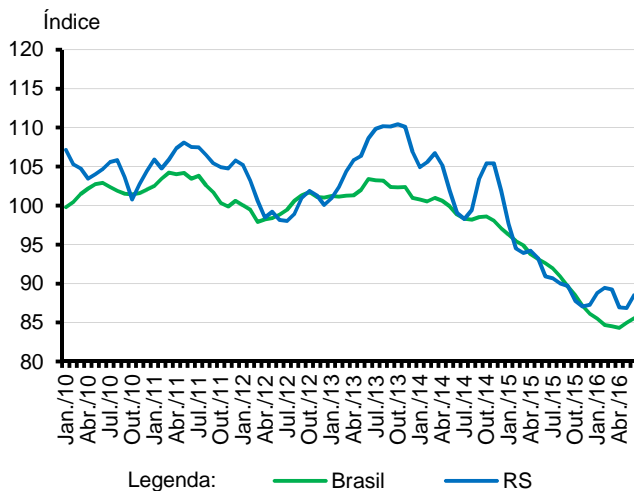
Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — fev./16-jul./16

MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Fev./16	0,90	2,18	10,36	1,29	2,44	12,09
Mar./16	0,43	2,62	9,39	0,51	2,97	11,57
Abr./16	0,61	14,27	9,28	0,33	14,20	10,64
Mai./16	0,78	15,16	9,32	0,82	15,14	11,09
Jun./16	0,35	15,56	8,84	1,69	5,91	12,22
Jul./16	0,52	16,16	8,74	0,18	17,29	11,65

FONTE: IBGE.
Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

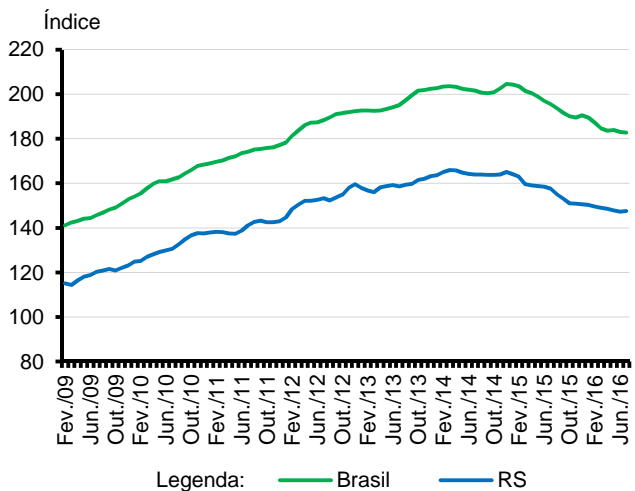
Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./16



FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modificou a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jun./16



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.
NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia do Brasil — fev./16-jul./16

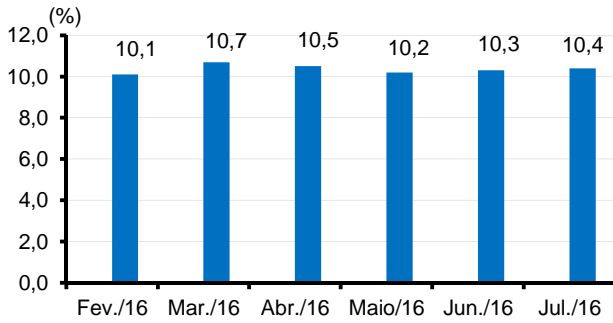
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Fev./16	Mar./16	Abr./16	Mai./16	Jun./16	Jul./16		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	3,97	3,70	3,57	3,54	3,42	3,28	3,65	3,71
Taxa de câmbio efetiva real (3)	118,3	110,7	107,6	105,9	102,0	96,7	108,8	114,8
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	13,80	14,25
Superávit primário (% do PIB)	4,77	2,10	-1,98	3,54	1,95	2,39	1,03	2,54
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	2.878	4.241	4.628	6.222	3.736	4.327	26.675	40.446
Exportações (US\$ milhões) (5)	13.317	15.922	15.302	17.498	16.647	16.238	106.061	183.818
Importações (US\$ milhões) (5)	10.439	11.681	10.674	11.276	12.911	11.911	79.385	143.371
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-1.914	-863	403	1.186	-2.488	-4.050	-12.543	-27.854

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Rio Grande do Sul — fev./16-jul./16



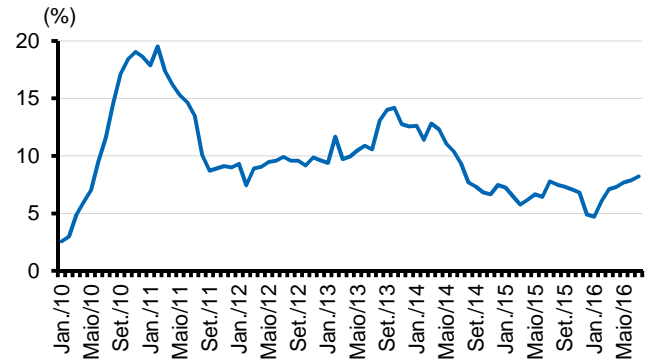
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014, o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-jul./16



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

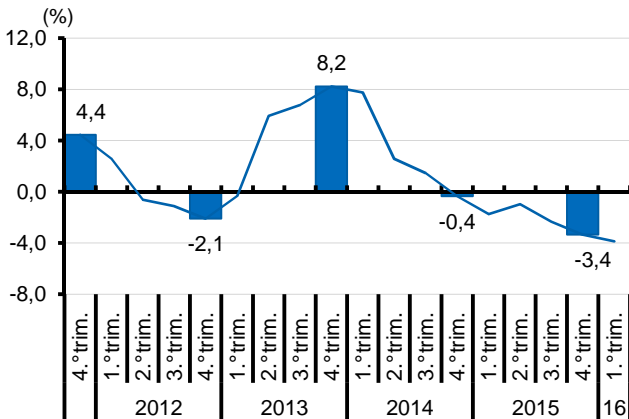
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — fev./16-jul./16

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Fev./16	1.669	24.592	9,2	-9,3	-4,7	8,8	19,0	-16,6	-19,8
Mar./16	2.809	40.585	7,2	-9,2	-5,1	10,7	18,3	-17,7	-19,7
Abr./16	4.121	55.959	6,8	-13,1	-3,4	2,8	17,9	-16,1	-18,2
Maio/16	5.897	73.530	6,9	-6,7	-1,6	8,2	17,1	-14,8	-16,3
Jun./16	7.700	90.273	7,4	-4,3	-4,3	8,6	11,8	-13,2	-14,9
Jul./16	9.433	106.604	8,0	-4,5	-5,5	6,1	8,9	-11,4	-13,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Rio Grande do Sul — 4.º trim./11-1.º trim./16

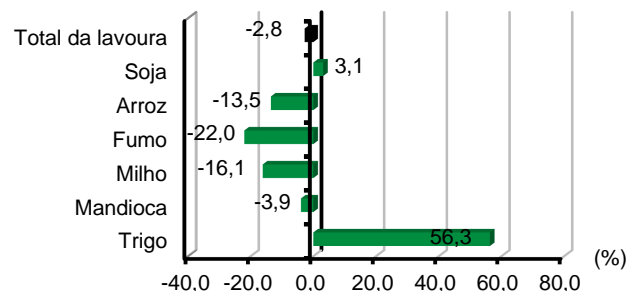


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIES/NDEC.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — jul./16



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIES/NDEC.

Petróleo barato: há vencedores e perdedores?

Um fato relevante no mercado internacional é a redução do preço médio do barril de petróleo do tipo Brent para US\$ 48,30 no período de jan./15 a jun./16, atingindo a cotação mínima de US\$ 30,80 em janeiro de 2016. Antes de assumir uma trajetória de queda, o preço médio do combustível estava em US\$ 110,34 no período de jan./11 a jun./14, conforme dados do Banco Mundial.

Diante disso, torna-se pertinente avaliar os impactos do petróleo mais barato em distintas regiões. Uma estratégia de análise poderia consistir em avaliar apenas os aspectos redistributivos entre importadores e exportadores de petróleo.

No entanto, a complexidade da conjuntura mundial exige a utilização conjunta de outras ferramentas de avaliação, especialmente no que tange à interação das variações do preço do petróleo com a política monetária e fiscal em cada país ou região, a fim de determinar se há vencedores e perdedores em termos de crescimento econômico.

A intuição inicial de que os países com importante contribuição das exportações de petróleo na sua economia teriam que aceitar um crescimento negativo, ao passo que os importadores receberiam um estímulo econômico automático, não é uma argumentação válida para todos os países ou regiões. Essa suposição tem base na premissa da existência de canais de transmissão entre os preços de *commodities* e o desempenho econômico em cada país.

Como exemplo, considerem-se os países da Europa, importante região importadora de petróleo, a qual detém pouco mais de um quarto das importações mundiais do combustível, conforme dados da United States Energy Information Association (EIA) de 2012 (o último disponível). Para esse continente — e de forma análoga para o Japão —, a redução do preço do petróleo significa pressões deflacionárias adicionais nas suas economias altamente endividadas e em armadilha da liquidez.

Isso se torna um incômodo na medida em que esses países se veem diante da adoção de taxas de juros nominais negativas, algo impensável até então, o que adiciona riscos para a estabilidade financeira global. Por outro lado, caso contrário, a política monetária se reverteria em uma política contracionista, haja vista a elevação do juro real diante da deflação, com efeitos deletérios para suas economias já fragilizadas.

Ademais, o sinal do efeito do petróleo mais barato nas economias desenvolvidas é diferente daquele que prevaleceu nos anos 80. Nesse período, a redução do preço do barril de petróleo resultou em um alívio nas pressões inflacionárias e em um dado positivo para as economias que conviviam com a estagflação, que marcou aquele período.

Por sua vez, ao se analisar o grupo dos países exportadores de petróleo, o Canadá — apesar de algumas dificuldades econômicas e possíveis vulnerabilidades no seu mercado imobiliário — é um exemplo da importância das políticas contracíclicas e do papel do gasto público no estímulo ao crescimento econômico. Diante dessas medidas e dos efeitos multiplicadores da política fiscal expansionista, há previsão de crescimento positivo para esse país em 2016.

Vale destacar que o Canadá detém a posição de terceiro maior país exportador de petróleo, superado pela Rússia e pela Arábia Saudita. Os sauditas, por hipótese, podem estar aceitando um patamar mais baixo para o preço do combustível em função da menor dependência dos Estados Unidos em relação ao petróleo importado da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esse ganho de autonomia ocorre no contexto de desenvolvimento do *shale* norte-americano e da exploração do petróleo canadense com origem nas areias betuminosas.

Por outro lado, para o caso da China — segundo principal país importador de petróleo até o momento (atrás somente dos Estados Unidos) —, espera-se que os efeitos da queda do preço do barril de petróleo possam resultar em algum estímulo, mesmo que residual, ao seu crescimento, frente ao barateamento do custo da energia e aos ganhos nos seus termos de troca.

No que concerne ao Brasil, os óleos brutos de petróleo ocupam a terceira posição entre os principais produtos exportados, com 4,64% das vendas externas brasileiras no período de janeiro a julho de 2016 (atrás do minério de ferro e seus concentrados, os quais obtiveram a participação de 6,10%, e da soja, com a parcela de 15,31% das exportações totais).

Frente a essa representatividade, a redução do preço do barril de petróleo poderia prejudicar a lucratividade da exploração do Pré-Sal, juntamente com a desvalorização cambial, se considerado o nível de endividamento da Petrobras.

Além disso, a redução do preço do combustível poderia impactar negativamente na quantidade de reservas provadas da Petrobras, ao se adotar tanto o critério da United States Securities and Exchange Commission (SEC), quanto o da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis/Society of Petroleum Engineers (ANP/SPE), os quais levam em consideração apenas as reservas viáveis economicamente conforme o preço do petróleo.

Por outro lado, estudos recentes da Petrobras sinalizam para a viabilidade técnica e econômica do Pré-Sal, mesmo ao se considerar o atual patamar do preço internacional do petróleo. Isso seria viável, tendo-se em vista o desenvolvimento de novas tecnologias pela empresa, reconhecidas pela Offshore Technology Conference (OTC) em 2015.

Em síntese, a resposta ao questionamento que dá título a esta análise não envolve apenas a redistribuição automática de ganhos entre importadores e exportadores de petróleo. Assim, o impacto esperado no desempenho econômico de cada país ou região mostra-se dependente de alguns condicionantes, os quais são influenciados, entre outros, pelas interações com as políticas econômicas implementadas, especialmente na presença de políticas contracíclicas.

Por fim, para além do economicismo e das fronteiras nacionais, preocupações com o desestímulo ao desenvolvimento de fontes de energia menos poluentes e com seus impactos adversos ao meio ambiente não devem ser negligenciadas nessa nova fase de petróleo barato.

Clarissa Black
Pesquisadora em Economia da FEE

Fluxos de entrada de investimentos diretos estrangeiros no Mundo

Conforme o relatório World Investment Report 2016 da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), os fluxos mundiais de investimentos diretos estrangeiros (IDEs) ocorridos em 2015 registraram uma elevação de 38% em relação a 2014 e atingiram o valor de US\$ 1,76 trilhão. Em 2015, os países desenvolvidos receberam US\$ 962 bilhões e voltaram à condição de principais receptores dos influxos globais (55%), posição que não ocupavam desde 2012. Na América do Norte, o principal responsável pela expansão são os Estados Unidos, que atingiram o primeiro lugar no *ranking* de países com os maiores fluxos de entrada de IDE. Os países europeus desenvolvidos também tiveram um crescimento significativo nos investimentos, pois receberam US\$ 504 bilhões (um aumento de 65%), melhorando sua posição no *ranking*, o que acabou retratando a participação global desse grupo de países. O bom desempenho, no entanto, reflete um surto de fusões e aquisições entre países limítrofes, em grande escala liderado por empresas multinacionais e como parte de um movimento de reconfigurações corporativas, tanto por mudanças nas estruturas legais e de propriedade como pela tributação.

Em 2015, o ingresso de IDEs nos países em desenvolvimento, embora seja 9% superior ao fluxo recebido no ano anterior, apresenta diferenças no desempenho. A captação dos países em desenvolvimento da Ásia superou meio trilhão de dólares, porém ainda é concentrada na região do Leste e do Sudeste Asiático, que recebeu 83% do ingresso de investimentos do continente, dos quais 25 pontos percentuais correspondem à China. América Latina e Caribe tiveram queda de 2% nos fluxos de entrada. Esses fluxos representam apenas 9,5% dos investimentos mundiais, abaixo, portanto, do patamar anterior, de 13,3%, em 2014. Do mesmo modo, tanto a África quanto as economias em transição tiveram perdas de participação. Considerando-se mais especificamente os países dos BRICS, todos eles sofreram um rebaixamento de posição no *ranking* dos principais destinos de IDE em âmbito mundial. A China passou do 1.º para o 3.º lugar; o Brasil retrocedeu da 4.ª para a 8.ª posição; a Rússia, que já tinha sido rebaixada para a 16.ª posição em 2014, saiu do *ranking* dos 20 maiores receptores em 2015. A Índia manteve a 10.ª colocação em 2015, a mesma do ano anterior; e a África do Sul, fora do *ranking*, sofreu uma queda de 70% no ingresso de investimentos.

Os fluxos de IDEs para a América do Sul caíram 6% em 2015 e ficaram em US\$ 121 bilhões, refletindo uma demanda doméstica contracionista e termos de troca mais desfavoráveis em decorrência da queda dos preços das *commodities*. Desse modo, o declínio dos preços das principais *commodities* de exportação levou à queda dos investimentos no setor extrativo da região e ocasionou a redução no reinvestimento de lucros.

Dentre os países da América Latina e do Caribe, o Brasil foi o principal receptor de investimentos em 2015, recebendo

38,5% do total dos fluxos. Todavia, os IDEs para o País apresentaram queda de 12% em relação ao ano anterior. Essa contração pode ser atribuída à recessão e ao declínio dos lucros corporativos, que, por sua vez, levaram a uma redução de 14% nos lucros reinvestidos. No mesmo ano, a formação bruta de capital fixo brasileira teve um declínio de 14% em termos reais.

Os setores que mais atraíram investimentos para o Brasil em 2015 foram: comércio (US\$ 5,5 bilhões), extração de petróleo e gás natural (US\$ 4,6 bilhões), telecomunicações (US\$ 4,6 bilhões), indústria automobilística (US\$ 4,5 bilhões) e energia (US\$ 3,9 bilhões). Alguns fatores contribuíram para evitar uma queda maior no ingresso de IDEs. Não obstante uma redução na produção de carros, o ingresso de investimentos na indústria automotiva aumentou de forma acentuada, acompanhando o planejamento de projetos anteriormente anunciados. Outro fator a beneficiar os investidores foi a valorização do dólar em relação ao real, o que permitiu a compra de ativos a preços atrativos. Esse foi o caso da British American Tobacco, do Reino Unido, que comprou as ações que ainda não possuía da sua afiliada Souza Cruz S.A. por US\$ 2,45 bilhões. Já nas indústrias relacionadas à infraestrutura, houve um declínio acentuado nos investimentos.

A UNCTAD prevê que, em 2016, os IDEs para América Latina e Caribe poderão sofrer novo declínio, passando de US\$ 168 bilhões para uma faixa de US\$ 140 a 160 bilhões. Isso porque a previsão para a região é a continuidade da recessão e a permanência de condições macroeconômicas instáveis. A demanda enfraquecida, aliada ao potencial de depreciação adicional da moeda, pesará nas decisões de investimento na indústria de transformação e nos serviços. Se os preços das principais *commodities* de exportação da região continuarem a declinar, poderá ocorrer um atraso nos projetos de investimento na indústria extrativa, bem como um novo desestímulo ao reinvestimento de lucros. No caso do Brasil, a revalorização do real pode ter um efeito contrário ao encarecer os ativos e conter o ingresso de novos investimentos. No entanto, considerando-se que, nos países desenvolvidos, uma parcela significativa dos investimentos pode ser atribuída a fusões e aquisições lideradas pelas multinacionais, é possível que o mesmo fenômeno seja também observado na região, o que pode alterar o resultado do ingresso de IDEs no Brasil. No ano de 2015, foram registradas 742 transações de fusões e aquisições no País, concentradas principalmente na Região Sudeste (73%), enquanto a Região Sul participou com 12% do total. Os investidores estrangeiros estiveram presentes em 360 das transações, sendo Estados Unidos, Reino Unido e Japão os principais países de origem, com 35%, 7% e 5% do total respectivamente.

Ingresso de investimentos diretos estrangeiros (IDEs) — 2011-15

DESTINO DOS IDEs	(US\$ bilhões)				
	2011	2012	2013	2014	2015
MUNDO	1.567	1.510	1.427	1.277	1.762
Economias desenvolvidas	817	787	680	522	962
Economias em desenvolvimento	670	659	662	698	765
América Latina e Caribe	193	191	176	170	168
Brasil	96	76	53	73	65
Economias em transição	79	65	85	56	35

FONTE DOS DADOS BRUTOS: UNCTAD (2016).

América do Sul: transformações e permanências depois da Pink Tide

Os países da América do Sul têm compartilhado algumas experiências sociopolíticas comuns ao longo de sua história, com a notória exceção de Guiana e Suriname. Apesar das especificidades das trajetórias nacionais, essa experiência compartilhada é vista, entre outros episódios, nos processos de independência do século XIX, na experiência nacional-desenvolvimentista de meados do século XX, no ciclo de ditaduras militares, e, mais recentemente, na Pink Tide, ou seja, no conjunto de governos de esquerda e centro-esquerda que, com exceção da Colômbia, ditaram as políticas dos países da região na primeira década do século XXI. Nesse período, iniciado em 1998, com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela, observou-se a chegada ao poder de governos com características comuns: Brasil em 2002, Argentina em 2003, Uruguai em 2004, Bolívia em 2005, Chile e Peru em 2006, Equador em 2007 e Paraguai em 2008.

Já o contexto internacional do início do século XXI apresentou como características principais a relevância da China na economia internacional e a centralidade do Oriente Médio e da Ásia Central na política externa norte-americana. Isso incentivou uma maior aproximação dos países da região. O gráfico apresenta uma síntese das características da trajetória socioeconômica da Pink Tide entre 1998 e 2014. Nele, observa-se o crescimento, a partir de 2003, dos preços das *commodities*, que se originou na expansão chinesa. O *boom* das *commodities* dinamizou o crescimento econômico, seja induzindo diretamente a atividade produtiva, seja aliviando as históricas restrições no balanço de pagamentos. Isso contribuiu para que, entre 2004 e 2008, a média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da região fosse superior a 4,5%, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A partir de 2003, ocorreu uma sustentada elevação dos salários mínimos. Em um ambiente de maior atuação estatal e de certa decepção com os resultados das prescrições do Consenso de Washington, observou-se o aproveitamento do *boom* para valorizar os salários e ampliar os programas de renda mínima, que contribuíram com a redução da pobreza e da desigualdade de renda. O crescimento retroalimentou-se das melhores condições da demanda interna e da intensificação dos fluxos comerciais. Em maior ou menor grau, ocorreu compatibilização de benefícios obtidos pelos atores sociais da região: trabalhadores viram rendimentos crescer; empresários expandiram negócios; e estratos médios sofisticaram seu consumo. A crise de 2008 pareceu não arrefecer essa trajetória. Após queda em 2009, os preços internacionais recuperaram-se. Entretanto, a partir de 2011, surgiram sinais de esgotamento deste ciclo de crescimento: os preços das *commodities* e os salários mínimos reais apresentaram tendência de estagnação e posterior queda, que se perpetua até o hoje.

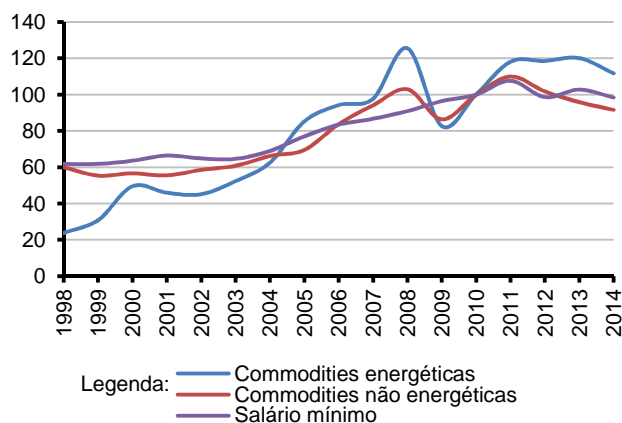
A resposta da maioria dos governos às novas circunstâncias foi o ativismo estatal reativo. Com a possível exceção da Bolívia, os resultados não foram satisfatórios. As ações esta-

tais dirigiram-se para os efeitos da inflexão da trajetória anterior, com ênfase nas políticas de controle de preços, subsídios, incentivos fiscais, entre outras. As causas, em sua maioria estruturais, não foram confrontadas. Subsistem problemas como um sistema produtivo dependente das *commodities*; um setor industrial diminuído e deslocado das cadeias produtivas globais; sistemas tributários ineficientes; problemas na infraestrutura, na educação, e mesmo nas instituições políticas carentes de reforma.

A Pink Tide foi bem-sucedida em modificar os padrões de exclusão social e de concentração de renda observado ao longo do século XX. Entretanto foi incapaz de converter o empuxo externo em um processo de crescimento autônomo e sustentável, não promovendo transformações mais intensas nas estruturas socioeconômicas sul-americanas. Seu desfecho ocorre em contexto de crise econômica e de turbulências políticas, com o fim do consenso social anterior. O ocaso iniciou-se no Paraguai, em 2012 e acelerou-se após a morte de Chávez em 2013. O momento atual compreende processos políticos com maiores ou menores graus de conflito, como observado na Argentina, no Peru e no Brasil. Entretanto há sinalização de inversão das políticas adotadas na última década: menor ativismo estatal, enfraquecimento das instituições supranacionais da região e uma tentativa de retorno às políticas liberais do final do século XX.

A ironia da trajetória da Pink Tide é que seu fim guarda certa semelhança com o colapso dos regimes autoritários da década de 70: a modificação do contexto internacional associa-se à ruptura da dinâmica econômica e, por extensão, do arranjo político vigente. A América do Sul aparenta continuar sendo objeto e não sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Salário mínimo médio dos países da América do Sul e preços internacionais das *commodities* — 1998-2014



FONTE: Banco Mundial e CEPAL.

NOTA: 1. Exclui Colômbia, Guiana e Suriname.

2. Base 2010=100.

Alessandro Donadio Miebach | alessandro@fee.tche.br
Pesquisador em Economia da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 06.09.16).

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

 Fundação de
Economia e
Estatística

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari
Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Winck Junior e Vanceli Zanin
Núcleo de Dados e Estudos Conjunturais: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira
Revisão e editoração: Tatiana Zismann e Susana Kerschner

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: carta@fee.tche.br
Twitter: @cartafee Site:
www.fee.rs.gov.br

ISSN 1517-7262